



Movement Θ especial
. Novembro . 2006 . €1 .

0 Rural

]movE[- movimento Aberto por outra vida na Escola

EDITORIAL

O]MOVE[nasceu num momento particular e com a determinação de responder ao desafio inadiável de contribuir para mudar a vida na Escola. Nos últimos anos, os associativismos estudantis não têm sido capazes de reflectir sobre os seus sucessivos erros; e insistem demasiadas vezes em escolhas que os colocam longe da difícil realidade que nos vai empurrando para “inevitabilidades”. A Universidade vive transformações profundas que são vendidas como “naturais”, “modernas” ou “urgentes”, como se um qualquer “pensamento único” fosse o único pensamento possível. Pelo caminho, pouco se discute e quase sempre entre poucos. Mas não parece possível continuar a aceitar uma Escola rendida a um qualquer pragmatismo tecnocrata.

É por isto que decidimos fazer algo que é, infelizmente, cada vez menos vulgar: discutir ciência fora das aulas e procurar as suas relações com as vidas – onde ela não pode ser apenas um dado adquirido ou um simples conceito plasmado num livro que é preciso estudar. Queremos aprender, portanto. Colectivamente.

Nesta primeira “conversa entre a ciência e a sociedade” que organizamos, o rural será discutido com a contribuição de pessoas que nos podem ajudar a discutir e a pensar sobre o contexto destes territórios e a apontar caminhos para o seu desenvolvimento. Arriscámos pedir contributos a pessoas que não pensam todas da mesma maneira e que muitas vezes retiram conclusões diferentes de uma realidade que é única, mas complexa. Assim, pensámos este jornal para reunir textos que tentam contribuir para esta “provocação”: procurar aprender discutindo. Ciência, opinião, reflexão ou crítica são palavras grandes, mas que não têm de parecer contraditórias.

“CONVERSAS ENTRE A CIÊNCIA E A SOCIEDADE”

1ª conversa O RURAL 23 de Novembro

14:00 – Caracterização e percursos do rural

Prof. Fernando Oliveira Baptista (Dep. Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA)

Prof. Orlando Rodrigues (Instituto Politécnico de Bragança)

17:00 – Desenvolvimento e perspectivas no mundo rural

Prof. João Castro Caldas (Dep. Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA)

Prof. Luís Moreno (ANIMAR)

EXCERTO DO TEXTO "PORTUGAL-CHÃO: QUE FUTURO FUTURÍVEL?" PUBLICADO EM J. PORTELA E J.C. CALDAS (ORGS.), *PORTUGAL CHÃO*, CELTA EDITORA, 2003.

Espaço rural: da indiferença à apropriação, ao consumismo e à festa

Se vazio é o pensar de alguns acerca de campos e montes, repleta de novas imagens de ruralidade parece ser a recreação e o turismo de outros. Simultânea e contraditoriamente, dá-se a fuga fugaz para o espaço rural e interrompem umas tantas loas aos seus predicados. Admite-se que aí se materializa e persiste "uma relação mais directa com uma Natureza que se pensa *menos degradada*", como nota E. Figueiredo. Muito simplesmente pressente-se a formulação de Malthieu e Jollivet: "o ambiente é a natureza e a natureza é o campo", como recorda aquela autora. I. Rodrigo, porém, faz notar que, comparativamente à Europa do Norte, entre nós a procura urbana do espaço rural é ainda recente, localizada e centrada sobretudo nas funções de suporte a um turismo-lazer e a residências secundárias. Acrescenta ainda que esta última função é garantida sobretudo no litoral e junto às grandes cidades com acessos fáceis e rápidos. É bem certo que a fruição dos amendoais do Côa, olivais da Terra Quente e cerejais da Gardunha é incipiente, mas registemos que já se espraiam pelas periferias urbanas do *interior* as vagas de oferta de condomínios fechados em velhas quintas. Como bom cão de guarda, atento aos ínfimos gestos do intruso, o imobiliário vigia as oportunidades de mercado. Que dizer do clima que já envolve o empreendimento público do Alqueva?

O dito mundo rural é cada vez mais percebido como uma grande arca popular repleta de festas e música. Esta é um tesouro escondido, a revelar, como em boa hora mostram J. Grácio e outros. Naquela arca acham-se ainda romarias, outras tradições e velharias, enfim, cultura e valores. O espólio, que é antigo e colorido pela memória, sustenta as práticas da rememoração, celebração e patrimonialização, todas elas – a par da globalização – sob clara expansão e debate, como nos revelam J. Brito e X. Pérez. Este lembra que "da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo, daí que o património cultural seja só uma representação simbólica da cultura, e por isso mesmo, dos processos de selecção, negociação e delimitação dos significados". N. Monteiro, por sua vez, também aponta o "inexorável processo de patrimonialização" do mundo rural, a multiplicação actual dos objectos patrimonializáveis e a consciência do seu cariz construído. E, com D. Poulot, afirma que o facto patrimonial entrou, de certa maneira, numa "era de suspeição". Classifica o processo em Portugal como tardio, embora remontando à implantação do liberalismo. Voltando aos dias de hoje, busca-se a digitalização de gestos e artefactos passados, a musealização do território e a territorialização dos museus e, segundo o texto desafiador de J. Brito, estes podem mesmo assumir "o papel importante de ajudar a desmontar os seus próprios registos de funcionamento e de se constituírem mais enquanto projecto e acção do que memória. E assim, também, poderão ser cada vez mais distintos uns em relação aos outros segundo a realidade dos contextos em que se inscrevem". Por isso mesmo nos interpela "a exercitarmos um outro olhar e a situarmo-nos num patamar de implicação em que cada um é sujeito e parte dessas coisas do património que pretende propor, valorar e usar como meios de comunicação e de construção de projectos, mais do que objectos de cristalização de memórias".

Mal desbravámos a vereda desta introdução, mas um primeiro olhar sobre o percurso feito de impõe já: o dito mundo rural é, simultânea e contraditoriamente, alvo de indiferença (não raro sobranceira), apropriação e consumismo urbano. E, assim, já teremos chegado ao "rural sem território", isto segundo F. Baptista. Poderia ter sido de outro modo? Haverá ainda alternativa?

Prof. José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

RURAL: PERCURSOS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

A emergência do mundo e da sociedade rurais

Particularmente a partir do século XIX, a industrialização torna-se um dado incontornável nas sociedades europeias. Mesmo que a diversidade de situações corresponda a diferentes ritmos e profundidades neste processo, a cidade industrial emerge como expoente desta realidade. É a partir daqui que se pode falar num mundo rural, que inclui os territórios excluídos deste processo e, por esta via, se distingue das áreas urbanas.

A esta distinção correspondem também diferentes “lugares” na economia: aos territórios rurais passa a pedir-se que produzam comida suficiente e a preços baixos para alimentar uma mão-de-obra industrial, cada vez mais numerosa; ou seja, a agricultura passa a ser aqui a actividade dominante e com esta nova “responsabilidade”. É assim que a agricultura é “forçada” a conquistar terras que antes eram incultas, hegemonizando o território.

Este contexto sublinhou hábitos, costumes e comportamentos diferenciados do mundo urbano – era a sociedade rural, onde a vida dependia sobretudo de uma realidade local assente na actividade agrícola, atribuindo grande peso social e político à propriedade; a economia e as tecnologias eram, necessariamente, condicionadas e adaptadas às condições do meio; sentia-se a importância dos saberes e das tradições, que tinham como referência o passado; as relações sociais baseavam-se num grande interconhecimento e proximidade.



As mudanças na economia e na sociedade dos territórios rurais

As rápidas transformações tecnológicas aplicadas na agricultura europeia na primeira metade do século XX – que não incluíram vastas áreas do Globo, contribuindo para acentuar o fosso entre sistemas mais e menos produtivos – vieram permitir um grande aumento da produtividade do trabalho e das quantidades produzidas por unidade de área: os desenvolvimentos na mecanização, no melhoramento, nos adubos ou nos fármacos permitiram libertar as terras menos produtivas do cultivo e a agricultura concentrou-se em sistemas de produção especializados.

Esta realidade haveria de impor profundas alterações no mundo rural europeu, embora com ritmos e contornos muito diferentes conforme o país ou até a região. De uma forma geral, a agricultura perdeu peso na sociedade e na economia, sobrando agora terras onde antes se produzia, e esbateu-se a diferença entre os modos de vida urbano e rural (“desaparecendo” a sociedade rural). Emerge, portanto, um rural cada vez mais apenas delimitado pela dimensão dos seus agregados populacionais (e já não por uma especialização na actividade económica) e onde perdem progressivamente importância a propriedade fundiária ou o pároco local (frequentemente substituídos pelo poder autárquico) enquanto estruturantes das relações sociais e políticas, cada vez menos distinguíveis daquelas que caracterizam o mundo urbano. O caso português é enquadrável na situação da Europa do Sul, onde estas transformações foram mais tardias e mais lentas do que noutras paragens. Assim, o recuo da agricultura nas últimas décadas é acompanhado por uma presença relativamente fraca de outras actividades económicas. No entanto, os últimos tempos são testemunhas de novas dinâmicas que podem indicar soluções para estes territórios.

Novas dinâmicas

As diferentes transformações e adaptações que vão incidindo sobre os territórios impuseram-lhes diferentes destinos, pelo que importa distingui-los. Tem merecido consenso a constatação, para o Continente português, de um rural urbano, um rural agrícola, um rural da indústria e dos serviços e ainda um rural de baixa densidade populacional. Este último corresponde a uma grande mancha territorial, estendendo-se um pouco por todo o interior do Continente, desde o norte algarvio, passando pelo Alentejo e pela raia beirã, até Trás-os-Montes. São os territórios onde mais se sente o declínio demográfico e em que o recuo da agricultura mais dificilmente vem sendo substituído por novas actividades e novas ocupações do espaço; e onde, em muitos casos, o importante êxodo verificado no mundo rural português a partir da década de 60, apesar de marcante, ainda não terá terminado.

Mesmo nestes territórios em que mais se sente o peso das dificuldades – económicas, demográficas, infraestruturais, etc. – se observam novas dinâmicas, embora ainda algo incipientes. Há, portanto, lugar para afirmar os espaços rurais também como espaços de consumo: o crescente interesse dos urbanos, em especial aqueles com rendimentos e habilitações superiores, por estilos de vida alternativos à cidade industrial, que procuram espaços “naturais” como uma compensação à sua vivência quotidiana, explicam a emergência de novas procuras – práticas turísticas, desportivas e lúdicas, património cultural e arquitectónico, paisagens, etc. Há também aqueles que vão escolhendo estes territórios como local de residência, alguns deles estrangeiros, outros regressados da emigração, a sua maioria em pleno gozo das suas reformas. Também a presença de residências secundárias em meio rural, pelas actividades desenvolvidas pelos seus utilizadores, podem representar uma oportunidade para estes territórios.

Futuro

Parece, então, vital olhar para estes sinais de mudança e descobrir neles oportunidades para o futuro. Não será possível continuar a optar por discursos derrotados ou ignorar a urgência: o Continente português assiste a uma inviável “implosão” do seu litoral e vê-se ameaçado pela perspectiva de desertificação duma parte significativa do seu território, de que é sintoma o gritante e cíclico “espectáculo” da época dos fogos florestais.

Para inverter este caminho terão que ser possíveis outras prioridades. Será certamente necessário que se preserve o espaço, o ambiente e os ecossistemas, mais ou menos “ajardinados” por agricultores convertidos em paisagistas subsidiados. A agricultura, onde ainda existe, pode e deve ter o seu papel, mesmo que já não seja possível “voltar ao passado” nem aceitar que ela se reduza à apropriação rentista baseada na simulação da actividade agrícola. Os investimentos a fazer não podem continuar a ser circunstanciais e desligados de uma estratégia consequente de desenvolvimento, favorecendo apenas interesses privados e tantas vezes geradores de desemprego a médio prazo. Terá também de inverter-se a lógica de desmantelamento de estruturas e serviços públicos (escolas, centros de saúde, maternidades, etc.), que diminuem a qualidade de vida e cuja argumentação com a “racionalização de recursos” não colhe adesão, contribuindo, até do ponto de vista subjectivo, para uma sobrevalorização das cidades do litoral.

Parece ainda essencial que a alteração desta realidade se construa com as pessoas e considerando as suas opções, através de um associativismo participativo (e, sempre que possível, “endógeno”), valorizando o debate político, científico e interdisciplinar. Todos podemos arriscar o interesse e a disponibilidade para ele. É esse, também, o nosso desafio.

Tiago Gilot (aluno de Eng. Agrónomica)

EXCERTO DO TEXTO "ESTUDOS RURAIS: CONTINUIDADES E RUPTURAS" PUBLICADO EM J. PORTELA E J.C. CALDAS (ORGS.), "PORTUGAL CHÃO", CELTA EDITORA, 2003.

Quando hoje se fala de estudos rurais dificilmente se podem deixar de evocar continuidades decorrentes de problemas identificados e não resolvidos por paradigmas que foram dominantes até um passado recente. Mas falar de estudos rurais hoje é, sobretudo, falar de olhares fragmentados sobre novas questões induzidas por rápidas mutações e rupturas. É falar sobre novas tendências analíticas e sobre pesquisas metodológicas, capazes de captar aspectos parcelares da mudança e reconfiguração dos espaços e das sociedades rurais. Mas é, também, falar da procura de componentes sociais, políticos, culturais e económicos em que se manifestem dinâmicas portadoras de futuro para a transformação da sociedade e para o aprofundar de novas formas de participação e exercício de cidadania.

O momento actual é, portanto, um momento de contraponto de novas hipóteses a modelos de trajectórias obrigatórias e incontornáveis que, focados nos problemas de diferenciação das bases materiais e sociais da produção e reprodução das



sociedades rurais tradicionais, se centraram analiticamente nas agriculturas e no "mundo rural".

A actualidade e a relevância dos estudos rurais consiste hoje no trazer da marginalidade "produzida" pelo desenvolvimento para um debate renovado em que se relativizam e reavaliam evidências do passado. Emergem agora abordagens sobre territórios, em que analiticamente se privilegia a diferenciação e a história de destinos e trajectos. É assim que a heterogeneidade e singularidade de espaços remetidos para a marginalidade, por terem ficado menos dependentes do mercado e menos organizados nas linhas da mais moderna tecnologia, se pode reinventar como potencialidade e factor de valorização territorial no quadro de propostas alternativas de desenvolvimento.

Estes olhares sobre espaços rurais que perderam especificidade nas dimensões social e económica, são percursos por territórios cuja configuração é, actualmente, sobretudo moldada a partir dos aglomerados urbanos. São abordagens disciplinarmente diversificadas que associam a análise de matrizes em trajectórias inesperadas de mudança, ao interesse por capacidades e formas de produzir que podem originar "ancoragens qualificantes" dos processos de desenvolvimento. São passos para uma descoberta de novas identidades e para um possível iluminar de sombras do futuro e da sua reinvenção social. (...)

A nova orientação europeia do desenvolvimento agrícola para o desenvolvimento rural fundamentou-se na convicção dos decisores políticos de que nas zonas rurais atrasadas os problemas se colocavam muito mais em termos de diversificação de actividades e desenvolvimento do que em termos de reestruturação agrária. O processo de reestruturação agrária produzir-se-ia de modo natural à medida que a população activa agrária se fosse reduzindo, por reforma ou mudança de actividade, (...).

O actual contexto da agricultura europeia representa, assim, o fechar do ciclo de modernização agrícola com forte protecção das políticas e das instituições públicas e o progressivo abandono das estruturas da produção à regulação pelos mecanismos do mercado internacional. (...)

As atenções deslocam-se agora dos problemas suscitados pelas quantidades oferecidas para o lado das qualidades procuradas, para o impacte da transformação dos modelos técnicos e para novas formas institucionais de organização dos processos produtivos.(...)

Numa perspectiva de multifuncionalidade dos territórios as agriculturas e as florestas continuam a ocupar um lugar decisivo, mas é em torno de novas procuras de bens e serviços, e não com base

na "excepção" ou "especificidade" agrícolas, que se deverão ancorar novas e velhas actividades, travar as partidas e estimular a integração de novos actores. Mas é também certo que os actores sociais actuam no quadro de sistemas institucionais que ditam valores e normas, e orientam o cálculo de limitações e oportunidades à volta dos quais se constroem redes de relações que "condicionam e/ou potenciam a acção dos actores e, em termos colectivos, promovem dinâmicas ou bloqueios". A análise dos processos de desenvolvimento realça a interacção entre as instituições e os actores ligados às políticas e às suas práticas, e o conjunto dos actores, locais e não locais, destinatários dessas práticas. Assim, o problema que está em debate, "e que sem dúvida continuará por muito tempo", é como identificar, conceptualizar e analisar as relações existentes entre os sistemas institucionais e as acções individuais e colectivas e vice-versa. (...)

É neste contexto de mudança institucional e de deslocação dos centros de decisão que ganha relevância a procura de novas dimensões analíticas e de novos conceitos chave que sirvam como instrumentos para experiências de criação de ambientes em que o comportamento e actuação das pessoas tenha impacto nas decisões que afectam a sua actividade e o seu futuro.

Prof. João Castro Caldas (Dep. Economia Agrária e Sociologia Rural do I.S.A.)

EXCERTO DO TEXTO "O RURAL DEPOIS DA AGRICULTURA" PUBLICADO EM "DESENVOLVIMENTO RURAL E TERRITÓRIO: ESPAÇOS RURAIS PÓS-AGRÍCOLAS E NOVOS LUGARES DE TURISMO E LAZER" (LIVRO DE HOMENAGEM À PROFESSORA DOUTORA CARMINDA CAVACO, 2006)

Este título [*O rural depois da agricultura*] remete para a dissociação do rural em relação ao espaço e para a transição que, ainda incipiente, começa a desenhar-se. Poderia também ser o objectivo de um projecto de modernização que conduziria, à semelhança do que aconteceu noutras paragens, a uma revolução profunda que provocaria uma metamorfose nos espaços e nos povoados. Aqui, por enquanto, a transformação foi avançando nos campos; mas nos lugares, aldeias e vilas apenas corroeu as margens. Nos aglomerados, reforçando estas débeis mudanças, projectam-se também os efeitos do cenário exterior. Neste destacam-se as cidades regionais que abrem à população rural uma convivência esporádica mas intensa, com consumos, comportamentos e atitudes, que são vividos com adesão e curiosidade, ou, quando é algo menos conveniente, como sinais dos tempos. E com estes a única alternativa é uma tolerância conformada. As auto-estradas e as vias melhoradas que agora retalham o espaço são outro elemento do cenário. Facilitam o acesso a bens, vícios e equipamentos. Contribuem, afinal, para uma modernização de ida-e-volta.

Os herdeiros do velho rural agrícola estão agora agradados com os seus lugares e aldeias, e opinam que são os melhores locais para morar. De qualquer modo, também não se lhes abre outra possibilidade e, mesmo que esta existisse, dificilmente teriam condições para a aproveitar. Estão assim acomodados, para o que também contribui a melhoria das condições de vida e o amparo que lhes vai vindo de algumas políticas públicas desde que, em 1969, o Estado Novo iniciou a previdência rural.

A alma deste rural mantém uma forte coloração agrícola, embora o bolso dependa, cada dia mais acentuadamente, de outros proventos. Os grupos agrícolas organizados fazem desta alma a sua bandeira e impõem-se, sem dificuldade, aos outros interesses locais, sempre muito pouco estruturados.

Falta um remate. O rural já está depois da agricultura mas ainda não é outra *coisa*, ou melhor, outras *coisas*. Estas começam a aparecer mas não se encontra localmente quem as faça avançar. Os agentes exteriores vão lentamente tomando iniciativas. O governo local está entregue às autarquias que são as instituições em quem as populações mais confiam e de quem mais esperam. Os autarcas correspondem a esta fidelidade dedicando uma prioridade legítima ao mercado dos votos.

Prof. Fernando Oliveira Baptista (Dep. Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA)

EXCERTO RETRADO DE BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA (2001), AGRICULTURAS E TERRITÓRIOS, OEIRAS, CELTA EDITORA.

O declínio de um tempo longo

A questão de terra esbateu-se. A agricultura perdeu importância na economia e na sociedade, registou uma profunda transformação tecnológica e concentrou-se numa área bem menor que há quatro décadas. Na parte do território de que a agricultura se separou, foi emergindo uma questão do espaço automatizada das práticas agrícolas. A sociedade rural perdeu muita população, articulou-se crescentemente com o urbano, e a vitalidade assenta, cada dia menos, na agricultura, que também já não a unifica com todo o território. Desenha-se, assim, a dissociação da agricultura, do espaço e da sociedade rural, cujos destinos, agora, apenas estão particularmente ligados. Do que hoje se trata é precisamente de olhar estes destinos e libertá-los de muitos dos preconceitos e contornos com que o passado e algumas discutíveis opções do presente tendem a aprisioná-los.

O rural remete para um *tempo longo* em que persiste um quadro de vida local, vincadamente endógeno na estruturação e na dinâmica das economias agrícolas, e a utilização de tecnologias, hoje designadas de tradicionais, diversificadas, adaptadas às condições do meio, mas que impõem limites estreitos na relação com os ciclos da natureza.

Luís de Magalhães (1923), no prefácio dos *Estudos Históricos e Económicos* de Alberto Sampaio, onde se inclui o estudo "As Vilas do Norte de Portugal", evoca, em tom literário, o tempo longo que ressalta deste trabalho: "(...) Tirado, talvez, pelos pequenos e aloirados bois das raças actuais, o mesmo carro rústico semelhante ao *plaustrum* sabino e o mesmo rude arado de madeira, que só agora vai desaparecendo ante a invasão das Howards e das Brabants, carregavam, ou lavravam a terra, assim como a mesma foice abatia os manipulados dos cereais maduros.

Após o romano ou o descendente romanizado dos homens das citânias, veio o visigodo, que nada alterou neste estado de coisas; um momento, o árabe subverteu tudo com as suas incursões e o seu império efémero na região. Mas, passada a onda islâmica, a ordem anterior renasce e a sociedade neogoda funda-se sobre ela. O *dominus* desaparece, substituído pelo cavaleiro; a vila esfacela-se, retalhada pelas doações. A toponímia, porém, mantém-se em geral, achando no português nascente formas corruptas das velhas designações latinas; e, na nova época, o quadro da vida rural da região, a situação recíproca das classes, a cultura e os seus métodos permanecem quase imutavelmente os mesmos.

E, contudo, em todo este longínquo período de quase dois mil anos, que de revoluções religiosas, sociais, políticas, que de correntes e contra-correntes étnicas, que de mutações históricas não abalaram e revolveram o mundo! Só o profundo estrato rural ficou imóvel. O que, para a história política, foram dezanove séculos – foi, para a história agrícola, quase um único momento."

As permanências nas tecnologias e nas características endógenas da vida local foram, no entanto, acompanhadas por grandes mudanças tanto no âmbito agrícola, como nos domínios político, cultural e ideológico. Foi, nomeadamente, neste tempo longo que os habitantes deste território do Ocidente europeu se foram fazendo portugueses.

Nas últimas quatro décadas, acabou, no entanto, por se desmoronar muito do que restava dos elementos que suportavam a herança tradicional do rural. Como se notou, as tecnologias químico-mecânicas impuseram-se definitivamente às tradicionais, e o local acentuou, de modo irreversível, a sua articulação com o exterior. Esta derrocada foi ainda acompanhada pela fuga de muitas centenas de milhares de homens e mulheres que, aberta a possibilidade de sair, fugiam das penosas condições de vida e trabalho que tinham nos lugares e aldeias da sociedade rural. Não estavam, afinal, habituados às condições de miséria em que viviam, ao contrário do que proclamavam alguns defensores do Estado Novo – “habituada à sobriedade e a um nível de vida relativamente baixo, a população agrícola pode enfrentar uma era de privações e restrições por vezes intensas” (J. Penha Garcia, numa comunicação, em 1934, ao I Congresso da União Nacional) – , nem se conformavam com a função moral e cultural de suporte da Pátria que, ontem como hoje, muitos lhes atribuem – “Declara-se que o destino dos povos estão nas massas rurais, que são as virtudes simples da vida rústica que constroem os Impérios e lhes asseguram resistência e duração” (António Sousa da Câmara, em 1949, na II Conferência da União Nacional).

Esta figura maciça era também a rejeição clara do elogio da vida rural, tão frequentemente por parte dos grupos sociais que beneficiam com a ordem política, social e económica dos campos tradicionais, bem como pelos que propalam as suas virtudes com fins ideológicos e pelos urbanos que os mitificam por contraposição às cidades onde vivem.

Os que fugiram, esses, sabem, embora muitas vezes tragicamente, que deixaram atrás um mundo sem esperança. Sugus a quem Zsuzsa, a namorada, chamava Flag, seguramente que o pressentiu num diálogo com a mãe Wislawa:

Porque não voltamos os três para a aldeia, mãe?

Que três?

Tu, Zsuzsa e eu. O pai sempre contava que havia uma casa de madeira na montanha e um bosque de pinheiros que nos pertencia. Podíamos viver ali. Eu cortava árvores, tu terias galinhas, e Zsuzsa colhia cogumelos e iria vendê-los do outro lado da fronteira, como aquela mulher de que falava o pai, como se chamava?

Porque estou chorando?, perguntou-se Wislawa.

Cultivaríamos os nossos legumes, disse Sugus. No Inverno poderia trabalhar nas pistas de esqui e no Verão cortaria lenha.

Não é como tu julgas. Não pode ser filho, não pode ser.

Sugus já havia nascido na cidade para onde o pai tinha ido aos 17 anos.

[Berger, 1989]

Do que hoje se trata é de refazer a relação da sociedade com o território, numa perspectiva que associe o cuidado com as condições de vida e trabalho das populações nele disseminadas, a conciliação do processo produtivo com a protecção da natureza, a reavaliação dos actuais caminhos da agricultura, e que responda às funções que, a par da tradicional produção agrícola e florestal, hoje se desenham para o espaço: ambiental, recreio e acolhimento para os que aí pretendem viver permanente ou temporariamente. Com memórias e heranças do tempo longo, mas também com a certeza de que o futuro não é apenas uma continuação do passado, há agora que moldar o território, procurando equilíbrios entre os seus diferentes usos e tornando-o um espaço onde os que venham da cidade e os que já o povoam possam, sempre, começar de novo.

Prof. Fernando Oliveira Baptista (Dep. Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA)

QUEM ABANDONA O TERRITÓRIO? DE QUEM SÃO OS NOSSOS MATOS?

A análise da *questão dos incultos* – ou dos *matos* – surge frequentemente associada a alguma incompreensão da lógica dos sistemas de uso da terra: porque subsistem grandes espaços incultos – ou “em abandono” na nomenclatura hoje mais utilizada – ? Porque não se impõem aí usos *mais produtivos* do tipo florestal ou agrícola extensivo? São os proprietários ausentes ou absentistas os responsáveis por este abandono? Ou antes, é à propriedade comunitária – aos baldios – que se deve apontar a maior responsabilidade? Que fazer para minimizar os riscos (em particular de incêndio) associados a estas terras? Impor multas ou penalizações fiscais aos proprietários que não fazem controlo dos matos? Ou, pelo contrário, é mais eficaz a opção por subsídios?

Defende-se neste texto que dois erros fundamentais de análise têm levado a uma deficiente formulação deste problema. O primeiro prende-se com a unidade territorial de análise. Normalmente não se considera relevante esta variável, no limite supõe-se um espaço isotrópico, ou então opta-se por uma aproximação puramente biofísica ou administrativa. O segundo erro relaciona-se com a natureza do problema: pressupõe-se que se trata de um problema de má gestão da propriedade, quando, na verdade, se configura mais como um problema de indefinição de direitos de propriedade.

Quanto à primeira destas variáveis, importa perceber como se construiu historicamente o sistema de utilização do território e as transformações recentes que tem sofrido. Descrevendo a organização do espaço na Espanha medieval, Garcia de Cortázar (1985) designa por

“comunidade de aldeia” um dos tipos de organização territorial da sociedade que se estabelece durante essa época. Tratar-se-ia de comunidades que tinham uma continuidade histórica com colectividades gentílicas vindas da época pré-romana e resultariam igualmente da desorganização da autoridade administrativa romana. Dispondo de uma certa organização social, estas comunidades seriam autónomas, não dependendo, portanto, de um senhor. Cada uma das famílias associadas numa comunidade de aldeia cultivaria autonomamente as suas terras próprias, mas teria, além disso, “direito ao uso de montes e bosques colectivos em torno dos terrenos cultivados. Poderiam existir também várias formas de uso colectivo de outros instrumentos de produção, como a eira, o moinho, o lagar, o forno, o touro reprodutor, etc., ou a associação de vários proprietários para o cultivo comum de campos de cereal e para a guarda dos rebanhos” (Fabião, 1992: 355).

A forma de organização territorial destas comunidades é aureolar: em torno do núcleo central de habitações distribuem-se as terras cultivadas e depois as zonas de monte e de bosque. As culturas e os tipos de utilização da terra dispõem-se numa estrutura concêntrica em função de um gradiente de fertilidade, que determina a configuração da paisagem agrária e vegetal. Identificam-se assim três grandes auréolas que se interpenetram: as hortas, os terrenos de cereal de sequeiro e os matos; interrompidas depois por estruturas lineares associadas às linhas de água, as pastagens permanentes.

A esta organização territorial associa-se também uma combinação particular de regimes de propriedade. Nestas comunidades subsiste ao longo de muitos séculos um regime fundiário



caracterizado pela coexistência de uma zona de apropriação privada, limitada ou não em determinadas épocas por direitos de propriedade de ordem superior, compatível, porém, com práticas de uso colectivo (compáscuos), com uma zona de propriedade colectiva – baldios–, que no início do século XIX representavam ainda uma proporção importante do território.

Por outro lado, as comunidades de aldeia têm significado enquanto organização social. Constituem um *locus* de cooperação e regulação do uso dos recursos. Comportam valores, símbolos, regras, poderes, estruturas de tomada de decisões que, em boa parte, se estabilizam em virtude da eficácia que demonstram na regulação do uso dos recursos. Face ao exterior, as comunidades demarcam e defendem o seu território, criam direitos comuns sobre os recursos excluindo todos os outros e procuram impô-los assumindo colectivamente esse custo. Internamente, a diferenciação social de poderes, traduz-se na criação de direitos de propriedade privados (ou melhor, familiares) sobre alguns recursos estratégicos em torno do núcleo central da comunidade.

A imposição de direitos de propriedade envolve custos, os quais crescem proporcionalmente ao grau de protecção da propriedade. Assim, o custo da imposição de direitos de propriedade não poderá ser superior ao benefício que deles resulta, de outra forma o esforço de protecção não será compensador. No regime de propriedade comunitária, ainda que existam igualmente custos de imposição de direitos, estes são menores do que aqueles associados à propriedade privada, desde que os mecanismos de regulação social das comunidades de aldeia sejam efectivos. Assim, pode admitir-se a existência de um gradiente de intensidade de protecção de direitos de propriedade privada, mais forte no centro do território da aldeia e menor na margem, reduzindo-se à medida que a renda decresce. Quando a distância ao centro se torna demasiado longa, ou as condições de produção se degradam, o benefício de um sistema de utilização da terra baseado na imposição de direitos de propriedade privada é menos eficiente do que um regime de propriedade comum. Podemos designar esta margem como “margem extensiva”.

Nas condições actuais, as comunidades de aldeia perderam a capacidade de regulação social autónoma e os mecanismos de regulação do uso do território e de protecção da propriedade comum desestruturaram-se. Tanto o uso como a regulação sustentam-se hoje num estrutura de povoamento e de proximidade aos recursos profundamente diferentes. Por outro lado, a fronteira da marginalidade expande-se deixando uma larga proporção do território numa situação de indefinição de direitos de propriedade, por abandono dos mecanismos informais da sua imposição. Nestas zonas há, claramente, uma incapacidade de regulação do uso do território por via do sistema de direitos de propriedade actualmente existente.

Nestas condições, serão os instrumentos de políticas baseados na imposição de penalizações ou incentivos sobre a propriedade os mais eficientes na prossecução de objectivos de melhor ordenamento do uso do território? Claramente, a resposta a esta questão parece ser negativa.

Prof. Orlando Rodrigues (Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança)

Referências

Cortázar, José Angel García (1985), *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel.

Fabião, Carlos (1992), «O Passado Proto-Histórico e Romano». Mattoso, José (Org.), *História de Portugal - 1º Volume: Antes de Portugal* (76-299). Lisboa: Círculo de Leitores.

"CONVERSAS ENTRE A CIÊNCIA E A SOCIEDADE"

2ª conversa AGRICULTURAS 6 de Dezembro

14:00 – Agriculturas no mundo, desigualdade, pobreza e SIDA

Prof. Carlos Cabral (Dep. Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA)

Engª. Marina Temudo (investigadora do Inst. de Investigação Científica Tropical)

Prof. Manuel Andrade (Instituto Politécnico de Bragança)

17:00 – Que agriculturas para o futuro?

Prof. Manuel Correia (Dep. de Agronomia Tropical do ISA)

Engº José Carlos Ferreira (Agrobio)

Prof. Mário Carvalho (Universidade de Évora)

]movE[- movimento Aberto por outra vida na Escola

O]MOVE[quer ser um movimento aberto. Porque acredita que é possível outra vida na Escola. Porque vê na Escola um espaço onde nascem e se discutem novas ideias. Porque espera da Escola mais do que uma rotina onde se aprende e ensina. Porque sabe que é possível juntar pessoas para fazer de outras formas. Porque recusa a "inevitabilidade" de uma Escola onde a tecnocracia vence a vida.

move.aberto@gmail.com

www.move-aberto.blogspot.com

